legislação societária e práticas contábeis, em observância aos Pronunciamentos Contábeis homologados pelo Banco Central do Brasil.
As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa e foram por ela aprovadas em 22 de fevereiro de 2018.
Reapresentação das demonstrações financeiras comparativas
Visando permitir a adequada análise do resultado das operações da Cooperativa, os valores abaixo descritos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e divulgados para fins de comparação, estão sendo reapresentados, essencialmente em função da reclassificação das constituições/reversões de passivos contingentes, de acordo com o previsto no CPC23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Os impactos estão apresentados no quadro abaixo:

Descrição	Valor original 31/12/2016	Ajuste	Valor reapresentado 31/12/2016
Demonstração dos Fluxos de Caixa			
. Provisão para passivos contingentes	-	2.111	2.111
. Outras obrigações	2.113	(2.111)	2

b . Descrição das principais práticas contábeis
As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir:
b.1 Estimativas contábeis
A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Cooperativa no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, valor justo de certos instrumentos financeiros, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A Administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos semestralmente.
b.2 Caixa e equivalentes de caixa
Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários livres e relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com prazo de vencimento inferior a 90 dias da data da transação e risco insignificante de mudança no valor justo.
b.3 Relações interfinanceiras – ativo
Substancialmente representados pela centralização financeira na Cooperativa Central e são atualizados pelos rendimentos auferidos até a data do balanço.
b.4 Operações de crédito
As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação. Sobre as operações de crédito, a Administração da Cooperativa constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparadas por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade a atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica, limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução CMN nº 2.682/1.999, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H).
As operações classificadas como nível "H" permanecem nesse nível por seis meses, quando então são baixadas para conta de compensação.
b.5 Investimentos
Representados por participação societária avaliada ao custo de aquisição.
b.6 Imobilizado e intangível
Compostos pelos Terrenos, Edificações, Sistemas de segurança, Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, veículos e aquisição de softwares, demonstrados pelo custo de aquisição.
As depreciações e amortizações são calculadas e computadas pelo método linear, levando-se em consideração a vida útil econômica dos bens e projetos, reconhecidos no resultado do período.
b.7 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment")
O "impairment" deverá ser reconhecido se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável. Essa avaliação é revista anualmente a fim de verificar eventuais indicativos de perda por "impairment". Na avaliação da Administração, no período corrente não existem indicativos para reconhecimento de perdas por "impairment".
b.8 Depósitos à vista, sob aviso e a prazo
Os depósitos pré-fixados são registrados pelo valor futuro, retificado pela conta de despesas a apropriar e os depósitos pós-fixados são atualizados até a data do balanço, observados os índices contratados.
b.9 Relações interfinanceiras – passivo
Destina-se ao registro dos cheques e outros papéis gerados contra a Cooperativa, apresentados por participantes de sistemas de liquidação.
b.10 Provisões
As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base a estimativa do risco envolvido.
b.11 Ativos e passivos contingentes
Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela Administração da Cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer a instâncias superiores e a experiência histórica. A Administração da Cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes.
b.12 Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes
Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.
Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.
b.13 Apuração do resultado
Os ingressos e dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência do exercício.
b.14 Segregação do circulante e não circulante
Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante, exceto quanto aos depósitos em função do descrito em nota 10.
b.15 Demonstração dos fluxos de caixa
A demonstração do fluxo de caixa foi elaborada de acordo com o CPC 03 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Com o intuito de demonstrar maior transparência nas operações e uma melhor gestão dos recursos financeiros a cooperativa optou pelo método indireto. Este método se baseia pelas sobras ou perdas do exercício que é ajustado pelos itens econômicos, (depreciação/ amortização) e pelas variações nas contas patrimoniais.
b.16 Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o lucro apurado em operações consideradas como atos não cooperativos, de acordo com a legislação tributária, e as alíquotas vigentes para o imposto de renda – 15%, acrescida de adicional de 10% quando for o caso, e para contribuição social – 17%. A sobra apurada em operações realizadas com associados (Atos Cooperativos) é isenta de tributação.
b.17 Coobrigações
Conforme Resolução 4.512/16 as coobrigações por garantias financeiras prestadas devem ser objeto de avaliação e registro, quando aplicável de provisões para cobertura das perdas associadas ao final de cada mês. O Cálculo é efetuado conforme valores em garantia, sendo aplicado sobre os valores o percentual conforme nível de risco que o cooperado se encontra na Cooperativa ao final de cada mês (nota 11 iv).
3 . Caixa e equivalentes de caixa
As disponibilidades e as relações interfinanceiras são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações da Resolução CMN nº 3.604/2008.

	2017	2016
Disponibilidades		
Caixa e depósitos bancários	**3.185**	2.682
Centralização financeira - (90 dias) - (nota 4)	**398.220**	282.401
	401.405	285.083

4 . Relações interfinanceiras - ativo
Referem-se a centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa depositada junto a Unicred Central SC/PR, conforme determinado no artigo 17 da Resolução nº 4.434/15.

	2017	2016
Direitos junto a participantes de sistemas de liquidação	**74**	1
Centralização financeira	**398.220**	282.401
	398.294	282.402

No exercício de 2017 foram registrados os rendimentos, em ingressos de depósitos intercooperativos, no montante de R$ 31.676 (R$ 30.089 em 2016).
5 . Operações de crédito
a. Composição por tipo de operação e prazo de vencimento

	2017			2016		
Descrição	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Cheque especial e adiantamento a depositantes	**13.236**	**-**	**13.236**	10.917	-	10.917
Empréstimos	**92.358**	**188.581**	**280.939**	81.920	185.303	267.223
Títulos descontados	**2.701**	**-**	**2.701**	1.851	-	1.851
Financiamentos	**45.539**	**97.770**	**143.309**	54.678	137.562	192.240
Financiamentos habitacionais	**16**	**140**	**156**	-	-	-
Devedores para compra, valores e bens	**2.118**	**10.607**	**12.725**	-	-	-
Crédito por avais e fianças honrados	**1.025**	**-**	**1.025**	585	-	585
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	**(11.306)**	**(21.381)**	**(32.687)**	(11.387)	(23.511)	(34.898)
	145.687	**275.717**	**421.404**	138.564	299.354	437.918

b. Operações de crédito a pessoas físicas

TIPO DE OPERAÇÃO	2017	2016
Adiantamento a depositantes - cheque especial	**9.527**	7.367
Empréstimos (CAC)	**130.418**	118.826
Títulos descontados	**1.499**	1.033
Financiamentos	**93.272**	99.550
Devedores para compra, valores e bens	**100**	-
Crédito por avais e fianças honrados	**794**	564
(-) rendas a apropriar	**(752)**	(823)
(-) Provisão risco de crédito	**(14.221)**	(11.721)
	220.637	214.796

c. Operações de crédito a pessoas jurídicas

TIPO DE OPERAÇÃO	2017	2016
Adiantamento a depositantes - cheque especial	**3.708**	3.550
Empréstimos (CAC)	**151.931**	149.369
Títulos descontados	**1.296**	877
Financiamentos	**50.389**	93.738
Devedores para compra, valores e bens	**12.625**	-
Crédito por avais e fianças honrados	**254**	72
(-) Rendas a apropriar	**(970)**	(1.307)
(-) Provisão risco de crédito	**(18.466)**	(23.177)
	200.767	223.122

d. Concentração dos principais devedores

	2017		2016	
Descrição	Valor	% do total	Valor	% do total
Maior devedor	**15.857**	**3,59%**	17.522	3,71%
10 maiores devedores	**56.862**	**12,89%**	96.554	20,42%
20 maiores devedores	**94.816**	**21,49%**	143.837	30,42%

A concentração é em relação a carteira das operações de crédito nas datas dos balanços.
e. Classificação pelo risco e provisionamentos

		2017			2016		
Nível de Risco	Provisão %	Operações de crédito	Provisão	Líquido	Operações de crédito	Provisão	Líquido
AA	0,00%	**11.743**	**-**	**11.743**	-	-	-
A	0,50%	**123.131**	**(615)**	**122.516**	162.715	(813)	161.902
B	1%	**154.759**	**(1.547)**	**153.212**	172.094	(1.721)	170.373
C	3%	**76.522**	**(2.296)**	**74.226**	65.856	(1.976)	63.880
D	10%	**41.162**	**(4.116)**	**37.046**	24.058	(2.406)	21.652
E	30%	**23.838**	**(7.151)**	**16.687**	22.212	(6.663)	15.549
F	50%	**10.183**	**(5.092)**	**5.091**	6.968	(3.484)	3.484
G	70%	**2.940**	**(2.057)**	**883**	3.594	(2.516)	1.078
H	100%	**9.813**	**(9.813)**	**-**	15.319	(15.319)	-
		454.091	**(32.687)**	**421.404**	472.816	(34.898)	437.918

f. Cronograma de vencimentos das operações

Prazo	2017	2016
Vencidos há mais de 15 dias	**4.593**	5.856
Vencidos até 15 dias	**1.034**	1.476
Vincendos até 90 dias	**57.925**	54.557
Vincendos de 91 até 180 dias	**40.943**	42.678
Vincendos de 181 dias até 360 dias	**69.898**	75.080
Vincendos de 361 dias até 720 dias	**106.714**	108.002
Vincendos após 720 dias	**174.666**	187.297
(-) Rendas a apropriar	**(1.722)**	(2.130)
	454.091	472.816

g. Movimentação da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

	(Não auditado) 2º semestre	2017 Exercício	2016 Exercício
Saldo inicial	**(35.301)**	**(34.898)**	(21.822)
Créditos baixados para prejuízo	**7.822**	**15.410**	5.187
Constituição/Reversão da Provisão	**(5.208)**	**(13.199)**	(18.263)
Saldo final	**(32.687)**	**(32.687)**	(34.898)

h. Créditos baixados contra prejuízo, renegociados e recuperados
A movimentação da conta está assim demonstrada:

	(Não auditado) 2º semestre	2017 Exercício	2016 Exercício
Saldo inicial	**24.396**	**18.111**	13.792
Valor das operações baixadas para prejuízo no período/exercício	**7.822**	**15.410**	5.187
Valor das operações recuperadas no período/exercício	**(3.942)**	**(5.245)**	(868)
Saldo final	**28.276**	**28.276**	18.111

Durante o exercício foram realizadas renegociações no montante de R$ 5.245 (2016 R$ 868), que haviam sido reconhecidos como prejuízo em exercícios anteriores. Foram realizadas renegociações, no montante de R$ 45.330 (R$ 68.631em 2016), classificadas nas operações de crédito nota 5.a.
6 . Outros créditos

	2017			2016		
Descrição	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Rendas a receber	-	-	-	73	-	73
Diversos						
Adiantamentos e antecipações	**98**	**-**	**98**	133	-	133
Devedores por depósitos em garantias (i)	**-**	**5.548**	**5.548**	-	5.069	5.069
Sem característica de concessão de crédito	**3.087**	**-**	**3.087**	6.050	-	6.050
Impostos e contribuições a compensar	**230**	**-**	**230**	156	-	156
Devedores diversos	**919**	**-**	**919**	256		256
	4.334	**5.548**	**9.882**	**6.668**	**5.069**	**11.737**

(i) Depósitos judiciais relativos à ação judicial onde a cooperativa contesta a incidência de PIS e COFINS, processos trabalhistas e IRRF de juros ao capital. Os valores são atualizados pela taxa de juros Selic e provisão equivalente e registrada no passivo (Nota 11 (iii)).
7 . Outros valores e bens

Descrição	2017	2016
Bens não de uso próprio **(i)**	**53.222**	44.026
Despesas antecipadas **(ii)**	**69**	69
	53.291	44.095

(i) Refere-se a bens recebidos em dação de pagamento de dívidas decorrentes de operações de crédito. Os referidos bens são destinados à venda.
(ii) Refere-se a despesas antecipadas a aplicação de recursos em pagamentos antecipados, que gerarão para a Cooperativa benefícios ou prestação de serviços em períodos seguintes.
8 . Investimentos
A cooperativa possui participação de 22%, na Unicred Central SC/PR (nota 20).

Descrição	2017	2016
Unicred Central SC/PR	**16.980**	15.472

9 . Imobilizado
Demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, menos depreciação e amortização acumulada. As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimada dos bens, conforme demonstrados abaixo:
a. Imobilizado de uso

				2017	2016
Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizações em curso - imóveis	-	**166**	**-**	**166**	590
Terrenos	-	**250**	**-**	**250**	250
Edificações	4%	**1.465**	**(603)**	**862**	921
Instalações	10%	**5.995**	**(2.410)**	**3.585**	3.236
Móveis e equipamentos de uso	10%	**5.362**	**(1.781)**	**3.581**	3.623
Sistema de comunicação	10%	**149**	**(84)**	**65**	95
Sistema de processamento de dados	20%	**910**	**(593)**	**317**	459
Sistema de segurança	10%	**443**	**(155)**	**288**	291
Sistema de transporte	20%	**154**	**(38)**	**116**	145
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	**-**	**-**	**-**	2
		14.894	**(5.664)**	**9.230**	9.612

Movimentação - Imobilizado

Descrição	Saldo inicial	Adição	Baixa	Saldo final
Imobilizações em curso - imóveis	590	-	(424)	166
Terrenos	250	-	-	250
Edificações	1.465	-	-	1.465
Instalações	4.645	1.363	(13)	5.995
Móveis e equipamentos de uso	5.137	817	(592)	5.362
Sistema de comunicação	157	7	(15)	149
Sistema de processamento de dados	991	20	(100)	911
Sistema de segurança	419	43	(19)	443
Sistema de transporte	153	-	-	153
Benfeitorias	156	-	(156)	-
	13.963	2.250	(1.319)	14.894
(-) Depreciação				
Edificações	(544)	(58)	-	(602)
Instalações	(1.409)	(1.010)	9	(2.410)
Móveis e equipamentos de uso	(1.514)	(530)	263	(1.781)
Sistema de comunicação	(62)	(25)	3	(84)
Sistema de processamento de dados	(532)	(151)	89	(594)
Sistema de segurança	(128)	(43)	17	(154)
Sistema de transporte	(8)	(31)		(39)
Benfeitorias	(154)	-	154	-
	(4.351)	(1.848)	535	(5.664)
Saldo liquido	**9.612**	**402**	**(784)**	**9.230**

b. Intangível
Nesta rubrica registram-se os softwares adquiridos depois da criação do grupo Ativos Intangíveis pela carta circular do Banco Central do Brasil nº 3.357/2008. São registrados pelo custo de aquisição.
10 . Depósitos

Descrição	2017	2016
Depósitos à vista	**81.574**	62.412
Pessoa física	**43.622**	30.749
Pessoa jurídica	**37.952**	31.663
Depósitos sob aviso	**2.486**	2.280
Pessoa física	**2.329**	2.135
Pessoa jurídica	**157**	145
Depósitos a prazo	**678.092**	610.359
Pessoa física	**424.012**	376.424
Pessoa jurídica	**254.080**	233.935
	762.152	675.051

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base no CDI e podem ser contratados em prazos de vencimento variados. No exercício de 2017 foram remunerados encargos financeiros no montante de R$ 61.295 (R$ 73.603 em 2016), e foram registrados em dispêndios da intermediação financeira – operação de captação de mercado. Destacamos em função de sua liquidez imediata e sem ônus, os depósitos sob aviso e a prazo foram classificados como parte integrante do passivo circulante.
Os depósitos estão garantidos até o limite de R$ 250 mil por CPF/CNPJ pelo FGCoop (Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito), fundo este constituído por todas as cooperativas de crédito brasileiras e bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). O FGCoop tem por finalidade conforme seu estatuto:
I - Proteger depositantes e investidores das instituições associadas, respeitados os limites e condições estabelecidos no seu Regulamento;
II- Contribuir para a manutenção da estabilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC);
III - Contribuir para prevenção de crise sistêmica no segmento cooperativista.

11 . Outras obrigações

	2017			2016		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Sociais e estatutárias						
Fundo de assistência técnica, educacional e social **(i)**	**1.161**	**-**	**1.161**	627	-	627
Cotas de capital a pagar	**3.960**	**-**	**3.960**	1.622	-	1.622
	5.121	**-**	**5.121**	2.249	-	2.249
Fiscais e previdenciárias						
Impostos/ contribuições a recolher **(ii)**	**1.529**	**-**	**1.529**	946	-	946
Provisão para riscos fiscais (iii)	**-**	**-**	**-**	-	5.060	5.060
	1.529	**-**	**1.529**	946	5.060	6.006
Diversas						
Cheques administrativos	**-**	**-**	**-**	-	-	-
Provisão para pagamentos a efetuar	3.036	-	3.036	2.061	-	2.061
Credores diversos	**1.025**	**-**	**1.025**	921	-	921
Provisão passivos contingentes **(iii)**	**-**	**7.010**	**7.010**	-	95	95
Provisão coobrigações **(iv)**	**583**	**-**	**583**	378	-	378
	4.644	**7.010**	**11.654**	3.360	95	3.455
	11.294	**7.010**	**18.304**	6.555	5.155	11.710

(i) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do Bacen (nota 12.b).
(ii) Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, via de regra, cinco anos.
(iii) A provisão para riscos fiscais contingências, refere-se às ações judiciais e administrativas de natureza fiscal, que discutem às obrigações de PIS e COFINS, no valor de R$ 886 e imposto de renda retido na fonte sobre juros ao capital próprio, no valor de R$ 4.584. As provisões estão suportadas por depósitos judiciais no mesmo montante registrados em outros créditos no ativo não circulante. Contam ainda provisões para processos trabalhistas no valor de R$ 7, com depósito judicial de R$ 78. A Administração da Cooperativa, constituiu provisão para contingências em montantes considerados suficientes para fazer face à eventuais perdas que possam advir de desfechos desfavoráveis nas ações. A provisão teve a seguinte movimentação no exercício:

	Fiscais	Cíveis	Trabalhista	Total
Saldo em 31 de dezembro 2015	2.932	112	-	3.044
Provisões/atualização durante o exercício	2.128	120	-	2.248
Provisões utilizadas durante o exercício	-	(30)	-	(30)
Reversão de provisão	-	(107)	-	(107)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	5.060	95	-	5.155
Provisões/atualização durante o exercício	**1.761**	**251**	**30**	**2.042**
Provisões utilizadas durante o exercício	**-**	**-**	**-**	**-**
Reversão de provisão	**-**	**(164)**	**(23)**	**(187)**
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**6.821**	**182**	**7**	**7.010**

Passivos contingentes
A Cooperativa é ré em doze ações de natureza Trabalhistas, uma ação cuja a perspectiva de perda é provável, provisionadas no valor total de causa de R$ 7 e onze ações cuja perspectiva de perda é possível, com valor de R$ 559. A cooperativa é ré em cento e sete ações de natureza Cível, doze ações cuja perspectiva de perda é provável, provisionadas no valor de R$ 182 e noventa e cinco ações cuja